

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A ANÁLISE DE CONTEÚDO: INSTRUMENTOS QUE SE COMPLEMENTAM NA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Elisângela Domingues Michelatto Natt

Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais Professora Substituta do Departamento de Administração da Universidade de Minas Gerais.

E-mail: elisdomingues@gmail.com.

Alexandre de Pádua Carrieri

Professor Titular do Departamento de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: alexandre@face.ufmg.br.

RESUMO

Pretende-se neste trabalho discutir sobre o diálogo entre a Teoria das Representações Sociais (TRS) e a Análise de Conteúdo (AC). Ao observar as possibilidades de análise a partir da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978) e da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), observou-se que tanto a Teoria quanto a técnica têm em comum o estudo dos processos de comunicação. No que se refere à Teoria das Representações Sociais e também à Análise de Conteúdo, compreende-se que o sentido que perpassa a realidade somente pode ser acessado com clareza e objetividade pelo pesquisador, a partir da investigação e análise profunda do material emergido durante a pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria das Representações Sociais (TRS). Análise de Conteúdo (AC). Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

This paper discusses the dialogue between the Social Representations Theory (SRT) and the Content Analysis (CA). By observing the possibilities of analysis from the Social Representations Theory (MOSCOVICI, 1978) and the Content Analysis (BARDIN, 1977), we observed both the theory and technique have in common the study of communication processes. Concerning the Theory of Social Representations and also the Content Analysis, it is possible to understand the meaning that permeates reality can only be accessed with clarity and objectivity by the researcher, according to his own studying and his deep analysis of data collected during the inquiry.

KEYWORDS: Social Representations Theory (SRT). Content Analysis (CA). Organizational Studies.

RESUMEN

Se pretende en este trabajo discutir el diálogo entre la Teoría de las Representaciones Sociales (SRT) y el Análisis de Contenido (CA). Al mirar las posibilidades de análisis de la Teoría de las Representaciones Sociales (MOSCOVICI, 1978) y Análisis de Contenido (BARDIN, 1977), se observó que tanto la teoría cómo la técnica tienen en común el estudio de los procesos de comunicación. Con respecto a la Teoría de las Representaciones Sociales y también el Análisis de Contenido, se entiende que el significado que impregna la realidad sólo se puede acceder con claridad y objetividad por el investigador, a partir de la pesquisa y del análisis exhaustivo del material germinado durante la búsqueda.

PALABRAS CLAVE: *Teoría de las Representaciones Sociales (SRT). Análisis de Contenido (CA). Estudios Organizacionales.*

INTRODUÇÃO

Pretende-se nesse trabalho discutir o diálogo entre a Teoria das Representações Sociais (TRS) e a Análise de Conteúdo (AC). A intenção é incitar uma reflexão acerca da utilização das duas perspectivas – teórica e metodológica –, de forma complementar, no desenvolvimento de pesquisas com características qualitativas na área de Administração, mais especificamente no que se refere ao âmbito dos Estudos Organizacionais e Sociedade. São vários e distintos os modos de se empreender essa tarefa, e muitos são os paradigmas, as tradições, os modelos, e os programas ou posturas. Os paradigmas representam conquistas científicas universalmente aceitas e, portanto, compreendidas como referência para a proposição de modelos e definições entendidas como aceitáveis para determinadas comunidades acadêmicas, pautando-se em conhecimentos científicos compreendidos academicamente como legítimos.

As ciências, assim como o universo social, experimentam constantes transformações, e têm o desafio diário de renovar-se e revisar-se continuamente. Esse processo de renovação e revisão caracterizaria o que Kuhn (1970) chamou de uma revolução ocasionada pela crise paradigmática, ocasionando possibilidades de transformação e permitindo o surgimento de novos paradigmas em detrimento ou não dos velhos paradigmas. Esse elemento de mudança vai ao encontro com o posicionamento de Lakatos (1970), que enxerga a ciência como um espaço de disputa entre os programas de pesquisa. Para o autor, esses ambientes são palcos onde se apresentam teorias concorrentes. Nesses palcos são reveladas as visões de mundo, as crenças, os valores dos pesquisadores e os pressupostos teóricos

e metodológicos que servem como modelos de apoio. A ciência seria então, um campo de confrontos entre os programas de pesquisa, onde as anomalias surgem das diferentes interpretações e análises, e ultrapassam o caráter de meras teorias isoladas e acabadas (CHIZZOTTI, 2006).

A ciência não constitui o único regime de produção de conhecimento, nem mesmo o único que pode clarificar e revelar as verdades válidas em nosso meio. Infelizmente, mesmo em dias atuais, ainda existem pretensões equivocadas quanto às verdades universais, quanto à validade, objetividade e aplicabilidade das teorias entendidas como científicas. Para Chizzotti (2006) trata-se de uma pretensão ilusória, uma vez que a ciência não deve ser uma produção homogênea de conhecimento.

Para Martins e Bicudo (1989), entre os papéis da ciência, está a necessidade de se apreender informações que possibilitem conhecer, em profundidade, casos particulares, com atenção centralizada no específico, no peculiar e no individual. Entretanto, a partilha social e as condições de significação conjunta, em determinadas sociedades, têm se mostrado cada vez mais cara à ciência, no sentido de que se possa compreender e não apenas explicar os fenômenos estudados. É nesse aspecto que se destaca a TRS, que requer uma visão não particularizada sem, contudo, dar atenção aos fenômenos de forma generalizada ou superficial. Esse aspecto possibilita à investigação qualitativa em Ciências Sociais, a interpretação e compreensão de realidades partilhadas em determinados meios sociais (ABRIC, 2000).

No intuito de fazer emergir os fatos que perpassam construções e representações socialmente partilhadas, a AC se faz um importante instrumento de análise de informações coletadas em pesquisas qualitativas. A AC constitui um conjunto de técnicas para a análise das formas de comunicação (BARDIN, 1977). O objetivo para a utilização dessa técnica é possibilitar procedimentos que permitam sistematizar e clarificar procedimentos descritivos a partir de conteúdos e mensagens faladas ou escritas, produzindo indicadores – quantitativos ou não – que permitam ao pesquisador, inferir conhecimentos relacionados às suas condições de produção.

Conforme nos aponta Mattos (2009), não há um consenso sobre a cientificidade ou não da Administração. Contudo, considera-se de suma importância apontar que tal impasse não impede que o fenômeno da administração seja cientificamente estudado. Nesse sentido, concordamos com a posição do autor em torno da construção do saber administrativo – individual e organizacional- como algo solidamente imbricado na singularidade, mas que recorre intuitivamente à formulações gerais no sentido

de orientar-se. Esta constante contraposição entre individual e coletivo, faz com que muitos procedimentos metodológicos sejam sobrepostos, e muitas vezes colocados em oposição, muitas vezes, rejeitando-se mutuamente. Parece haver ainda hoje, uma grande disputa no âmbito dos métodos investigativos e mesmo no que se refere às questões epistemológicas. Muito se discute sobre as formas de pesquisa na área e pouco consenso se admite entre as diferentes subáreas. A intenção aqui é argumentar que a TRS, aliada à AC, constitui-se de importante perspectiva de investigação e análise nas várias subáreas da pesquisa em Administração.

Sob as orientações apresentadas, e no intuito de clarificar ao leitor como Teoria e Método se complementam, esse texto foi dividido em seis seções, a começar por essa introdução, seguindo à apresentação da TRS, passando para o tópico em que será descrita a técnica de AC. Na sequência serão apresentados os argumentos quanto à complementaridade proposta. Na quinta seção serão discutidos os aspectos relevantes para os estudos em Administração e, por fim, encerra-se o texto com as considerações finais.

TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS)

Para Abric (2000), as visões coletivamente partilhadas e internalizadas, de forma particular, pelos diferentes sujeitos expostos a uma mesma realidade, é considerada uma forma de representação. O autor argumenta que a representação funciona como um modo de interpretação da realidade, que conduz comportamentos e práticas sociais de sujeitos relacionados social e fisicamente. Quando ocorre o compartilhamento das representações sobre um mesmo objeto ou conteúdo, entre os diferentes indivíduos e grupos sociais, dispostos em diferentes ambientes, entende-se que há a construção de uma representação social.

Essas representações socialmente partilhadas são formas de conhecimento elaboradas e compartilhadas com objetivos práticos, e contribuem para a construção de uma realidade comum a um mesmo conjunto social (JODELET, 2002; GUERRA; ICHIKAWA, 2013). Para Sá (1993) trata-se de uma mobilização que pode acontecer em qualquer lugar e a qualquer momento, desde que haja pessoas e que elas se comuniquem e se encontrem. Se isso ocorrer, temos então as condições necessárias para a construção de Representações Sociais. Para Alexandre (2001) e Correa *et al.* (2007) qualquer meio de comunicação que contribua para o compartilhamento e geração de informações pode possibilitar o surgimento de representações socialmente compartilhadas.

A principal característica das representações sociais é transformar o desconhecido em familiar, aproximando-o da realidade cotidiana dos indivíduos (GOMES *et al*, 2004; DINIZ *et al*, 2013). Quando elaborou e descreveu sua teoria, Moscovici (1978; 2004) argumentou que as representações sociais são fenômenos que podem ser compreendidos ao serem observados como um corpo organizado de conhecimentos e devem ser encaradas como uma maneira direcionada para a compreensão e comunicação do que já se conhece em algum outro lugar. Em outras palavras, para que ocorra o processo de criação das representações sociais é preciso que informações sobre algo que já existe sejam disseminadas e, a partir da interação popular com tais informações, as representações serão estabelecidas.

Abric (2000) argumenta que uma característica básica das representações sociais é que elas são, ao mesmo tempo, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis, consensuais e distintas. Essa diferença e contradição podem se justificar porque os emissores das informações têm sua individualidade e a imprimem na comunicação, o que implicará em diferentes percepções e transmissões em torno de um mesmo tema, pois cada indivíduo deixa sua marca antes de passar a frente uma informação, aquilo que fica de comum, no entanto, é o que vai imprimir uma representação. Moscovici (1978; 2004) interessou-se especificamente pelas representações disseminadas na sociedade contemporânea. Buscou compreender os fundamentos e interesses políticos que as envolve, e as crenças advindas de representações distorcidas, que infiltram a realidade da vida cotidiana dos cidadãos comuns. Jovchelovitch (2003) entende que as representações sociais são como um espaço comum, partilhado, mas com diferente intensidade e sob diferentes perspectivas.

As representações são meios que possibilitam a interação e o desenvolvimento das relações sociais, não como expressão da novidade, pois não se constituem de novos assuntos, mas trazem a tona e popularizam os mesmos conteúdos desenvolvidos em outras parcelas sociais. É uma difusão que possibilita uma nova ótica e discussão, podendo caracterizar a afirmação de processos representativos acerca de temas variados (FIGUEIREDO *et al*, 2013). Spink (2003) orienta que tanto questões de diversidade quanto de contradição, podem ser investigadas a partir da ótica das representações sociais, desde que considerados como processuais.

Para Moscovici (1978), quando a realidade exterior é remodelada ou reproduzida na forma de representações sociais, se têm as marcas do contexto e dos valores e as noções e regras são solidariamente difundidas. Dois fatores chamam a atenção nesse processo. Em primeiro lugar a

institucionalização das representações sociais perpassa uma proposta de integração tanto de aspectos teóricos e consensuais, quanto do universo reificado. No primeiro caso, observa-se a sociedade como uma criação visível, contínua, perpassada por sentido e finalidade, onde o ser humano é a medida fundamental para todas as coisas. Quanto ao universo reificado, o que ocorre é a transformação da sociedade em um sistema de identidades sólidas, fundamentais e invariáveis, mas que não são passíveis de distinguir a individualidade, e acabam por ignorar as particularidades inscritas na própria criação.

No universo consensual, os sujeitos são compreendidos como iguais, livres e dotados de um direito consensual para falar pelo grupo (BRUNETTA *et al*, 2013). Nessa dimensão todos poderiam ser considerados responsáveis e passíveis de uma observação que lhe permita, posteriormente, expressar suas opiniões. É no ambiente das reificações que os sujeitos adquirem diferentes papéis e caracterizam-se por sua individualidade, recebendo designações conforme o status social ou a classe a qual pertence. Nesse universo estabelece-se a desigualdade entre os indivíduos e é preciso que se adquiram competências para então fazer parte de um determinado grupo e, para só então falar para o grupo e sobre o grupo (MOSCOVICI, 2004).

A diferença entre os dois universos produz crenças que impactam os indivíduos, social e emocionalmente, partindo a realidade em dois mundos que se complementam, mas que vivem em conflito. De um lado, o universo reificado é constituído e firmado por conceitos, e de outro se tem um universo consensualmente estabelecido pelas representações sociais (MOSCOVICI, 2004). Para Moscovici (2004) o universo reificado pode esconder valores e proporcionar vantagens, inculcando nos indivíduos uma pretensão intelectual, que lhes possibilite, por meio de evidências empíricas, acessarem a realidade partilhada pelo grupo ao que almejam adentrar.

Nesse sentido, a TRS auxilia no processo de compreensão da transformação de conceitos difundidos no universo reificado – para nós entendido como o universo da ciência – e na sua transmutação para o universo consensual – espaço extra-acadêmico, do senso comum. Entre o meio original de construção dos conceitos e a partilha consensual desses mesmos conceitos há uma dinâmica a ser desvendada e a investigação que visa compreender o processo de construção das representações sociais pode revelar importantes aspectos imbricados na realidade. É no universo reificado que verdades imprecisas são difundidas e validadas socialmente, por intermediários, normalmente a mídia e outros processos de comunicação em massa (MOSCOVICI, 1978).

Jodelet (2005) sintetiza o fundamento das representações sociais ao afirmar que se tratam de teorias socialmente criadas e operantes, que se relacionam com a construção da realidade cotidiana a partir das condutas e modelando-as por meio da comunicação que ocorre no meio social, relacionando a vida e a expressão dos grupos nesse ambiente. Trata-se de construções sócio-históricas que resultam dos processos de socialização, envolvendo as tensões entre os sujeitos e o mundo socialmente constituído. É no espaço público que se viabiliza, ou não, a alteridade e a perenidade da história. É onde as tradições ou transformações ocorrerão e se manifestarão, seja a partir de artefatos ou de narrativas. Para Jovchelovitch (2003) é nessa dinâmica que os sujeitos criam indicativos de conduta, que servem para nortear as ações em determinadas sociedades, ou ainda, causar constrangimentos, levando os indivíduos a internalizarem suas obrigações sociais a partir de uma noção coletiva do que é necessário que se faça.

Esse processo se dá a partir de uma familiarização com o mundo dos outros, a partir de mecanismos baseados na historicidade, a saber, pela ancoragem e pela objetivação (JODELET, 2005). Investigando a proposição de Moscovici (2004), encontramos que a ancoragem seria o processo que corresponde à atribuição de sentido no que se refere às ideias novas, desconhecidas. Seria uma espécie de iniciação e inserção do novo em um contexto familiar, estabelecido. Quanto à objetivação, trata-se de uma organização e correlação das informações trazidas do mundo exterior e inseridas com a intencionalidade de naturalização de termos e conceitos, atrelando-os à realidade objetiva. Esses dois caminhos complementares são os responsáveis por permitir a familiarização e aproximação real daquilo que é desconhecido, transferindo-o inicialmente para a esfera particular, tornando-o passível de comparação e interpretação e, posteriormente permitindo a reprodução entre o universo do familiar e coletivo, onde se pode vivenciar e controlar.

Os mecanismos de ancoragem e objetivação requerem um processo de recriação de objetos e sentidos, levando à identificação com aquilo que parecem. Há nessa dinâmica uma força ilocutória que faz com que os sujeitos acreditem, erroneamente, na objetividade das coisas, como se elas fossem, de fato, aquilo que nos aparentam perceptualmente. Esse fenômeno faz com que a realidade seja compreendida e percebida de forma peculiar, única e particular para cada indivíduo. Os indivíduos, ao organizarem os objetos do mundo real, também organizam e constroem a si mesmos, pois vai assimilando a realidade ao entorno e se espelhando nela, tornando-se importante, ou não, para o meio ao qual está exposto. É assim que

os sujeitos se localizam e se situam no mundo socialmente constituído, e materialmente especificado. A TRS (MOSCOVICI, 1978) nega a dicotomia entre sujeito e objeto, já que o universo socialmente objetivado só existe a partir dos sujeitos, não significando a priori, mas que recebe atribuições e significações a todo o momento, conforme a história e a visão de mundo internalizada e compartilhada.

ANÁLISE DE CONTEÚDO (AC)

Bardin (1977) define a AC como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores – quantitativos ou não – que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção – variáveis inferidas – destas mensagens. A autora sinaliza que, após a seleção dos conteúdos, deve se organizar todo o processo de exploração do material, realizando uma leitura flutuante seguida de uma pré-análise, criando sem seguida, categorias de análise, e finalmente deve-se proceder ao tratamento dos resultados e realizar as possíveis interpretações.

A AC tem como ponto de partida, a mensagem, devendo-se ainda, considerar as condições contextuais de seus produtores (VILA *et al*, 2014). É na concepção crítica e dinâmica da linguagem que a AC se funda. Contudo, não se deve considerar apenas a semântica da língua, mas também a interpretação do sentido que os indivíduos atribuem às mensagens (FRANCO, 2005). Nesse sentido, o conteúdo das entrevistas deve ser transcrito e analisado, com base num sequência simples, porém lógica, isto é, primeiro gravam-se as entrevistas passando à transcrição e digitação das mesmas, em seguida, parte-se para a classificação das informações, como “possíveis”, na associação dos temas, colocando-os em quadros os discursos categorias.

Como aponta Vergara (2003), a AC se constitui uma técnica para o tratamento de dados, visando identificar aquilo que está sendo dito acerca de determinado tema. De acordo com a autora, os materiais de análise tradicionalmente considerados são os textos escritos, que podem ser construídos no processo de pesquisa, ou se tratar de textos já produzidos anteriormente, para outra finalidade que não a pesquisa, como é o caso de jornais e revistas. Sob essa perspectiva, intenta-se descobrir aquilo que está por trás dos conteúdos manifestos, o que permanece velado sob os conteúdos explícitos. Para tanto, deve-se realizar uma análise profunda,

que descubra elementos profundamente enraizados, que não aparecem na superfície do processo comunicativo.

A AC assemelha-se ao processo de categorização e tabulação de respostas às questões abertas. Isso ocorre porque, em princípio, constituiu-se como uma técnica de pesquisa que objetivava uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa, de conteúdos emitidos por jornais, revistas, filmes, emissoras de rádio e televisão (BARDIN, 1977). Atualmente trata-se de uma técnica comumente empregada na análise de investigações qualitativas com materiais obtidos a partir de entrevistas. Conforme descreve Bardin (1977), a finalidade da AC é produzir inferência a partir de vestígios e índices colocados em evidência a partir de procedimentos relativamente complexos, dependendo do foco e objetivos da pesquisa (FRANCO, 2005).

Em relação às categorias, salienta-se que elas não são definidas a priori, já que emergem dos discursos investigados e das respostas obtidas a partir da investigação. Esse aspecto implica em um processo de idas e vindas, fundado em um referencial teórico. Para Franco (2005) nesse método de análise as categorias são criadas conforme emergem nas respostas ou material coletado, somente depois dessa familiarização e à luz das teorias empregadas no processo de análise é que se pode proceder ao processo de categorização. Para a criação das categorias é necessário que alguns critérios sejam levados em conta, a começar pela realização de exclusão mútua – onde uma única forma de categorização deve orientar a organização da pesquisa. Posteriormente deve-se avaliar a pertinência da proposta, isto é, o quanto ela está adaptada ao material de análise escolhido e ao referencial teórico empregado. A partir daí, parte-se para a análise da objetividade e fidedignidade dos elementos que compõem o material de análise. Nesse sentido, aplicam-se determinadas categorias, que requerem o processamento similar ao anterior. Há ainda o momento relacionado ao conjunto de categorias para verificar se ele é produtivo, ou seja, se ele produz resultados férteis.

Para Bardin (1977) o processo de categorização deve seguir algumas regras, tais como evitar a compilação inadequada dos temas, procurando não misturá-los. Deve também procurar esgotar a totalidade do texto e garantir que o conteúdo emergido em uma categoria reincida em outras categorias, validando o conteúdo pertinente a categorias exclusivas, adotadas em cada pesquisa. É comum que parte significativa de trabalhos realizados que se utilizam da AC apresente descrições numéricas de elementos característicos do texto, contudo, tem se dado significativa atenção aos tipos de construção de textos, tornando-se relevantes suas qualidades e

diferenciações, somente então se procedendo aos recursos de codificação (SILVA *et al*, 2014).

A elaboração de quadros descritivos deve se dar com o objetivo de cruzar as informações, estabelecendo as possibilidades analíticas. Aquilo que se exclui das intenções e objetivos propostos para a pesquisa deve ser encarado naturalmente, e tal conteúdo deve apenas ser amenizado, mas não excluído do material. Conforme Bardin (1977), a escolha da técnica de AC deve ocorrer em função da necessidade de geração de significados após as codificações e categorizações (ALVES *et al*, 2014), o que também deve ocorrer de forma objetiva e sistemática. Para facilitar esse processo de análise, pode-se recorrer ao software ATLAS. ti, cuja versão mais atualizada é a 7.0.

Na organização dos procedimentos de análise pode-se seguir três passos, começando pela pré-análise, seguindo para a exploração do material e, por fim, realizando o tratamento dos resultados, fazendo as inferências e interpretações. O primeiro momento, da pré-análise, ocorre com o objetivo de conduzir o pesquisador à elaboração de um plano genérico para a análise. Já a segunda etapa funda-se na execução dos procedimentos delimitados durante a pré-análise, que ocorrem por meio da codificação dos conteúdos das mensagens e enumeração dos elementos que dela emergem – processo de decomposição. A terceira etapa constitui-se com o tratamento dos resultados. É o momento em que emergem as inferências e interpretações, que são delineadas por meio das condensações dos conteúdos extraídos na análise, por meio da classificação sintática, que corresponde ao agrupamento desses conteúdos em palavras-pletas e palavras-instrumento.

Para Bardin (1977) as palavras-instrumento constituem-se de elementos que realizam ligações de apoio às palavras-pletas, que por sua vez, são classificadas a partir de verbos, adjetivos e substantivos. A análise em torno da frequência das palavras-pletas comumente sugere pontos de destaque que devem ser levados em conta de forma detalhada e cuidadosa, observando e respeitando a sequência do tratamento dos dados. Nesse sentido, é possível que seja realizada a verificação acerca da variação observada na maneira como as palavras foram empregadas pelos seus reprodutores.

Durante o processo de codificação que antecede a categorização, pode se estipular as unidades de análise, como por exemplo, o conteúdo de frases. Às vezes se faz necessário a adoção de uma unidade de registro de partes de frases, a fim de possibilitar a expansão dessa unidade para possibilitar a atribuição de códigos (BARDIN, 1977). Deve-se ainda seguir a estipulação de regras de enumeração, sendo permitido, por exemplo,

o emprego da frequência simples para a aparição dos códigos. No que se refere ao processo de agregação dos códigos e classificação das categorias, pode-se recorrer aos temas empregados a posteriori de tal forma que possam emergir a partir da combinação dos códigos e da designação dos grupos. Somente depois se segue para a realização do exame e, caso haja necessidade, parte-se para o procedimento de renomeação segundo o referencial teórico utilizado.

Para que se proceda à AC, é necessário que se tenha objetividade clara e precisa, estando apto a sistematizar e abordar aquilo que é intrinsecamente quantificável (OLIVEIRA, 2008). Essa simples análise permite que se avaliem documentos sem que o comunicador, ou seja, o emissor original das mensagens anunciadas tenha conhecimento, isso porque o analista pode se valer de textos públicos e prontos, para então delinear ou evidenciar uma realidade. Esse aspecto que, aparentemente demonstra-se vantajoso, tem, no entanto, algumas restrições, a começar pelo fato de que, sem o devido cuidado e preparo, os pesquisadores que se valem dele podem sucumbir ao equivocado construto de suas investigações, produzindo conhecimentos enviesados a partir de opções pouco claras, que não indiquem adequadamente os objetivos práticos da pesquisa proposta. Trata-se de um elemento de difícil trato em quaisquer que sejam as pesquisas, acentuando-se quando se tratam de pesquisas qualitativas. Isso não quer dizer, entretanto, que pesquisas dessa ordem sejam enviesadas, e sim que requerem maior cuidado com sua delimitação e clareza.

Na AC assume-se que a frequência da ocorrência pode significar o grau de importância dado a determinado tema ou palavra, salvo algumas exceções, em que frases ou temas podem ser classificados em blocos de categorias, alocados com o intuito de promover a redução dos dados. Esse procedimento merece atenção, já que sem o devido cuidado, as informações podem ocasionar distorções quanto à forma, corrompendo a quantificação por não abordar medidas que considerem as devidas dimensões dos temas e a profundidade que eles têm em meio ao conteúdo maior. Para Smith (2003) é preciso que se decida sobre quais as abordagens mais adequadas para cada investigação científica. Há duas abordagens assumidas como de maior relevância, e que são, em certos casos, complementares no processo de análise textual. Seriam elas a abordagem temática e a abordagem sintática. Na primeira procede-se à extração e análise dos temas colados às mensagens a partir de tendências específicas como atitudes e/ou categorias imbricadas nos conteúdos emergidos a partir dos textos coletados, permitindo então inferências que a eles estejam relacionadas. Na abordagem

sintática ocorre o processo de análise, em que se quantificam os entraves cognitivos percebidos na leitura das mensagens, caracterizando-as pelo foco na análise da acessibilidade de acesso cognitivo ao texto. É uma fase pautada por procedimentos sintáticos de construção e estruturação da língua.

Nesse sentido, temos uma abordagem relacionada à forma – contagem – e outra relacionada aos significados – análise subjetiva. A segunda atenta-se também aos temas subjacentes aos textos investigados. Poderíamos sintetizar então, que a AC constitui-se de seis fases, iniciando-se pelos procedimentos de: 1) pré-análise – seleção e/ou transcrição dos textos que serão analisados no corpus de pesquisa; 2) formulação de hipóteses e objetivos; 3) formulação de indicadores para a fundamentação da interpretação do conteúdo; 4) exploração em profundidade do material selecionado – envolvendo operações de codificação e enumeração, conforme categorias formuladas; 5) tratamento dos resultados – significação e validade e por último; e 6) realiza-se a inferência e a interpretação de todo o material em função das estratégias realizadas até aqui.

Para Mozzato e Grzybovski (2011), a opção pela unidade de análise – palavra ou frase – deve levar em conta o tipo de estudo que se está realizando, tendo sempre a ciência das vantagens e limitações das escolhas realizadas. Ao optar pelo uso da unidade baseada em palavras tem-se a vantagem da precisão e facilidade na manipulação. Se a pesquisa estiver pautada em fundamentos de medição, esta escolha se faz adequada. Suas limitações estão relacionadas à fixação exagerada que pode deixar escapar sinônimos importantes para as inferências e também por desconsiderar elementos não narrativos, como fotografias ou gráficos (ALVES, 2011). Em relação ao uso de unidades frasais, as vantagens estão relacionadas ao fato de que, além de também permitir certa precisão na contagem, ainda possibilita auferir significado aos conteúdos analisados, resultando em uma perspectiva mais completa e profunda para os resultados da pesquisa.

Para finalizar, é importante que sejam apontadas as características dos procedimentos de codificação e categorização. A codificação corresponde a uma espécie de transformação, processada a partir de regras precisas e objetivas, em que os dados brutos são recortados, agregados e enumerados, possibilitando que se chegue à representação do conteúdo ou daquilo que ele representa, permitindo ao analista o esclarecimento dos conteúdos submersos no texto, fornecendo indicativos para a organização da codificação (BARDIN, 1977). Nesse sentido, temos a seguinte sequência para o processo de codificação: 1) seleção das unidades por meio do recorte; 2) a definição das regras de contagem, por meio da enumeração; e 3) a

elaboração das categorias, por meio da classificação e da agregação dos elementos semelhantes.

Já a categorização é o processo em que ocorre a classificação dos elementos que formam o aglomerado de diferenciação. Trata-se de um procedimento de agrupamento por analogia. Nesse momento consideram-se critérios previamente definidos, em que as categorias são consideradas a partir de padrões ou temas explicitamente veiculados no texto ou emergidos em função da análise. É importante clareza e objetividade nesse momento, já que são necessárias especificações para a orientação das definições operacionais e das regras adotadas (BARDIN, 1977; ALVES, 2011). Para Alves (2011), a importância de uma categoria deve ocorrer em função da frequência evidenciada. Isso deve ocorrer de acordo com os pressupostos fundamentais e subjacentes aos estudos visam conduzir o processamento de diferentes unidades de análise, ocasionando diferentes percepções quanto à importância relativa de cada categoria.

Ao optar pela AC é de suma importância que se considere que os dados em si, não constituem nada além de dados brutos (MOZZATO E GRZYBOVSKI, 2011). O sentido que culminará desses dados somente serão acessados no processo de investigação e análise, o que requer procedimentos de análise bem delineados e apropriados às pretensões empreitadas para o desenvolvimento da pesquisa. Conclui-se com Flick (2009), que a AC permite que se realize uma interpretação que se desenvolve com a aplicação de técnicas não exageradamente refinadas, mas cuidadosamente elaboradas e instrumentalizadas. Nesse sentido, a AC pode ser adotada como uma importante técnica para a análise de dados no campo da pesquisa em Administração, inclusive em pesquisas qualitativas.

COMPLEMENTARIDADE ENTRE E TEORIA (TRS) E A TÉCNICA (AC)

Ao observar as possibilidades de análise a partir da TRS (MOSCOVICI, 1978) e da AC (BARDIN, 1977), observa-se que tanto uma quanto a outra têm em comum o estudo dos processos de comunicação. Ambas são um modo de interpretação da realidade, e refletem os comportamentos e as práticas sociais de sujeitos. Qualquer meio de comunicação pode contribuir para a formação de representações. Da mesma forma, qualquer produção de conteúdo comunicativo pode ser objeto para a realização da AC.

Se por um lado as representações sociais possibilitam que o desconhecido torne-se familiar aos indivíduos (GOMES *et al*, 2004), com a AC é possível se proceder às interpretações que corroborem para a compreensão

da realidade (BARDIN, 1977). Para Moscovici (1978), as representações sociais podem ser compreendidas e observadas como um corpo organizado de conhecimentos, em que as pessoas interagem e tornam a realidade inteligível. Nesse sentido, a AC que tem como ponto de partida, a mensagem, considera as condições contextuais de seus produtores, bem como a concepção crítica e dinâmica da linguagem.

De acordo com Vergara (2003), a AC possibilita a identificação daquilo que é dito sobre determinados temas e contextos. Os conteúdos comunicáveis são indicadores da dinâmica social e, e tem ainda, o poder de orientar e estimular comportamentos e atitudes (BARDIN, 1977). Ao aplicar a AC para se averiguar a realidade é possível conhecer as representações disseminadas e compartilhadas, já que se trata de um processo em que é possível produzir inferências sobre o real (FRANCO, 2005).

Ao recorrer aos pressupostos elaborados por Moscovici (2004) compreende-se que as representações sociais são maneiras direcionadas para a compreensão e comunicação do que já se conhece em algum outro lugar. Isso corrobora a proposta de que a AC complementa a investigação que se pauta na TRS, pois se trata de um conjunto de procedimentos que, ao serem aplicados em um processo de pesquisa possibilita a validação de inferências possibilitadas a partir da análise textual (BARDIN, 1977).

Moscovici (1978; 2004) ao elaborar sua Teoria estava implicado em desvelar as representações que perpassavam a realidade contemporânea, como os fundamentos e interesses políticos que envolvem a realidade (BORGES *et al*, 2011). Spink (2003) também reforça que as questões de diversidade e contradição, são temas que podem ser investigados a partir da ótica das representações sociais, desde que considerados como processuais, porque é no processo de criação e partilha da informação, para além da práxis, que as representações são criadas, correlacionando ação e comunicação. Nesse sentido identificação sistemática do conteúdo característico nos textos permite que se percorra aquilo que conduz a realidade fazendo emergir significados válidos socialmente (BARDIN, 1977).

A dinâmica que abarca a produção de conceitos e sua partilha pode ser desvendada quando se tem em vistas compreender o processo de construção das representações sociais (SPINK, 2003). Pesquisas com esse intuito podem fazer emergir significativos aspectos da realidade e corroborando com essa expectativa, a AC permite que se constituam avaliações que recaiam sobre documentos produzidos pelo comunicador. Sem que seja necessária uma pré-autorização do emissor o analista pode se valer

de textos públicos e prontos (OLIVEIRA, 2008), facilitando no processo de análise das representações sociais.

Se a perenidade da história é determinada pelo espaço público, onde as tradições ou transformações se encerram por meio de artefatos ou de narrativas (JODELET, 2005), a AC é o instrumento capaz de viabilizar o entendimento e desvelamento da frequência da ocorrência de determinados temas e dos significados que retratam o grau de importância que determinado acontecimento tem em certa comunidade ou contexto (SMITH, 2003).

Ao retomar o fato de que a ancoragem constitui-se no processo de atribuição de sentido às novas ideias e conceitos inserido num grupo ou contexto, compreende-se que a AC auxilia no processo de compreensão da dinâmica que perpassa as ancoragens, já que permite ao investigador trazer à tona temas recorrentes nos processos de comunicação e relacioná-los a temas correlatos, permitindo assim, uma análise dos fundamentos que possibilitam a ancoragem. Em outras palavras, a AC viabiliza que se faça emergir tanto os temas já familiares a uma determinada realidade quanto os temas ainda em processo de inserção, por meio do procedimento de correlação entre os termos e suas condições de produção.

O processo mencionado acima, se bem organizado e pautado em procedimentos adequados e bem planejados, vai culminar na identificação do processo de objetivação que, como já mencionado anteriormente, fundamenta-se na organização e correlação das informações trazidas do mundo exterior. Vale ainda lembrar que a inserção dos elementos exteriores no mundo compartilhado ocorre fundada na intencionalidade e na naturalização dos significados, promovendo, sempre, uma correlação com o mundo objetivo de determinado contexto.

Ao se optar pela adoção da TRS o pesquisador está decidido a compreender e dar importância aos mecanismos de ancoragem e objetivação. Tais mecanismos, que requerem uma dinâmica de recriação de objetos e sentidos, incorrem num processo de identificação com a realidade, desta forma, ao conciliar à TRS a AC, deve-se levar em consideração que os dados, isoladamente não refletem nada, requerendo sempre, o olhar atento do pesquisador para dar sentido e fazer inferências válidas para a realidade em questão.

Tanto no que se refere à TRS quanto à AC, o sentido que perpassa a realidade somente pode ser acessa com clareza e objetividade pelo pesquisador, a partir da investigação e análise do material coletado. Nesse aspecto, a AC proporciona procedimentos bem delineados e suficientemente claros e apropriados à interpretação da realidade social. De acordo com

Flick (2009), trata-se de um procedimento que possibilita a interpretação adequada ao acesso de elementos concretos que evidenciem signos imbricados no real.

A AC seria uma maneira de acessar os elementos que indicam as representações sociais, a partir de técnicas analíticas cuidadosamente elaboradas e instrumentalizadas. Por meio de construtos disseminados na sociedade os indivíduos interpretam e reconstróem o cotidiano, interferindo uns nas práticas dos outros. Compreender como se dá esse processo é de suma importância para os pesquisadores que pretendem acessar as peculiaridades da vida social a fim de explicar acontecimentos que impactam a sociedade. E se é a partir do mundo real que os indivíduos organizam-se e constituem a si mesmos, compreender elementos concretos da dinâmica social se faz um importante caminho para os pesquisadores que pretendem clarificar parte da complexidade imbricada na prática social. Sob essa perspectiva, a TRS e a AC se constituem como importantes e complementares instrumentos de acesso a elementos fundamentais para que se obtenha êxito nessa empreitada.

CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

As constantes mudanças que perpassam o universo de construção do conhecimento revelam que as pesquisas são, em geral, processos provisórios e prontos para serem superados ou complementados. Como visto em Kuhn (1970), esse é o processo que possibilita o crescimento científico, porém, sem rígida continuidade. Esse aspecto requer que se discutam, cada vez e com maior afinco, as questões que se referem às possibilidades metodológicas empregadas nos mais variados tipos de pesquisa, o que inclui as investigações na área da Administração e, especificamente os estudos organizacionais.

Nesse contexto, Mozzato e Grzybovski (2011) apontam que a AC tem se tornado uma técnica cada vez mais utilizada e respeitada no âmbito das pesquisas realizadas na área de Administração. Contudo, é importante que se destaque que ainda se faz necessária maior discussão em torno de suas possibilidades. Isso se explica pelo fato de que a busca por esclarecimentos que tornem possível a compreensão do real, requer o aprimoramento de técnicas que viabilizem pesquisas com esse intuito. No caso da AC, como em qualquer outra técnica é possível considerar ajustes e melhorias, conforme se desenvolva a utilização da técnica. Não se deve considerar que qualquer que seja a técnica, ela esteja pronta e estaticamente impossibilitada de corroborações.

Contudo, Mozzato e Grzybovski (2011) acentuam que a AC, além de pertinente às pesquisas realizadas sob a temática dos estudos organizacionais, possibilita a ampliação da qualidade e profundidade no processo de pesquisa no campo da Administração. Silva *et al* (2005) destacam que recorrer à instrumentalização da AC em investigações em Ciências Sociais pode representar um intenso acesso a elementos de interpretação que revelem percepções e intervenções experienciadas pelos sujeitos na sociedade. Os autores apontam que atrelado ao uso da AC, muitos trabalhos se embasam na TRS.

A questão que se faz relevante para nossa reflexão é o exercício de interpretação da realidade social. Esse aspecto se configura pelo interesse do pesquisador, que também influirá na escolha do método de análise. A AC, atrelada ao embasamento na TRS exerce importante relevância para o bom andamento de pesquisas que visem à clareza e a objetividade na coleta e análise das informações coletadas no universo social. Nesse sentido, ambas, Teoria e técnica se mostram importantes referências para a instrumentalização de ferramentas que viabilizem as análises nas pesquisas qualitativas fundadas nas ciências sociais aplicadas.

Silva *et al* (2004) apontam que a recorrência ao uso do método da AC, tem se mostrado uma importante escolha no que compete as estratégias de pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas. Para as autoras os procedimentos adotados com base nessa técnica podem contribuir significativamente para que os pesquisadores na área de Administração possam avaliar satisfatoriamente o alinhamento entre as questões faladas e as ações efetivamente tomadas.

Quanto ao estudo das representações sociais, faz-se importante relatar que pesquisadores brasileiros têm se rendido significativamente à referência à Teoria (CAVEDON, 2005). Essa tendência funda-se no fato de que os pesquisadores têm sentido, cada vez mais, a necessidade de se fundar em um arcabouço teórico que se mostre sólido e consistente. Nesse sentido, as investigações qualitativas são as que mais requerem abordagens que possibilite a compreensão dos fenômenos sociais de forma organizada. Para Cavedon (2005) é nesse aspecto que os pesquisadores da área de estudos organizacionais tem se fiado ao optarem por Teorias robustas que permitam solidez na condução das investigações.

Cavedon (2005) aponta que ao se adotar perspectivas pautadas em Teorias consistentes, o pesquisador é capaz de compreender, de forma contextualizada, a realidade social. Ao seguir caminhos cuidadosamente orientados, os pesquisadores podem obter maior clareza nos processos de

descrição, e serem capazes de revelar significados subjetivos, que apenas são passíveis de serem observados por um pesquisador atento e hábil para explicar e discorrer sobre fenômenos, a partir de abordagens que ultrapassem os métodos convencionais das ciências.

Ao se deparar com questões significativamente complexas, como muitas das que estão relacionadas ao mundo dos negócios, o pesquisador precisa ter clara ciência quanto à importância de suas interpretações. Compreender como gestores desenvolvem seus papéis e interferem na realidade pode ser de grande valia para o avanço das pesquisas em Administração. É nesse ponto que a TRS pode revelar particularidades das práticas dos indivíduos, que na realidade, advém das crenças e partilhas sociais. Tais práticas estão sempre vinculadas às questões simbólicas e/ou cognitivas e afetivas (JOVCHELOVITCH, 2003).

As representações emanadas nos discursos dos sujeitos revelam ainda, significados profundos das situações cotidianas, e têm para os grupos sociais importante implicação. Pautando-se nos argumentos de Cavedon (2005) e nas premissas que fazem da TRS uma importante e válida perspectiva de análise, entende-se que a teoria constitui-se como um importante percurso no sentido de permitir o entendimento das diferentes e complexas significações partilhadas por determinados grupos sociais. Trata-se de um meio para se explorar a validade dos construtos imbricados nos mais variados objetos sociais. Como bem aponta Cavedon (2005), trata-se de uma possibilidade de compreensão que possibilita o desvelar do universo simbólico dos grupos sociais. Universo este que é repleto por regras, valores e crenças que orientam o comportamento dos indivíduos, permitindo que ocorram interações e intervenções na realidade social das comunidades (CAVEDON, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já apontado neste texto, a verdade é um argumento que requer clara demonstração das condições de seu desvelar. Qualquer que seja a realidade, é possível se afirmar que não existe contexto autônomo, no que se refere à construção social e à intermediação da linguagem. Nesse sentido, a própria experiência do observador faz-se responsável por mediar o real e o simbólico, trazendo à tona possíveis verdades sobre o mundo socialmente partilhado.

Ao apontar que a ciência não se constitui como o único regime de produção de conhecimento, capaz de revelar as verdades válidas no mundo

real, considerou-se que os alguns paradigmas se fazem fundamentais para a compreensão do meio social e, conseqüentemente, para o avanço das pesquisas científicas. Quanto maiores forem as possibilidades de análise sobre a realidade, maiores avanços serão conquistados em termos de investigação científica. A questão é que a variedade nos instrumentos de coleta e análise de informações representam também, maiores possibilidades de acesso à realidade, bem como mais eficientes procedimentos de interpretação.

Entretanto, é importante que se admita que as ciências, tão quão a cena social, são é constantemente perpassadas por transformações significativas, o que requer o desafio, também constante, de renovar-se e revisar-se continuamente, os procedimentos de pesquisa e investigação científica. Essa dinâmica requer a disponibilidade dos pesquisadores para lidar com transformações e estar suficientemente aberto às possibilidades de renovação dos paradigmas e dos diferentes caminhos que possibilitam o acesso à verdade e a empreitada de construção de conhecimento.

Ao empreitar o acesso às diferentes visões de mundo, o pesquisador em ciências sociais deve estar apto a lidar com as diferentes crenças e valores com os quais irá se deparar no campo. Isso não pode impedir que seus pressupostos teóricos e metodológicos sejam abandonados ou inadequadamente substituídos, pois é imprescindível que o pesquisador esteja fundado em meios de apoio solidificados, capazes de lhe proporcionar segurança no campo. Isso não quer dizer, contudo, que não haverá confrontos no campo, porém, o pesquisador, bem amparado, estará apto a realizar suas interpretações e análises, ultrapassando assim o caráter das meras teorias isoladas e acabadas (CHIZZOTTI, 2006).

Reitera-se o fato de que o pesquisador imprime seus próprios traços no trabalho acadêmico, mas o modo como deve lidar com os processos de acesso à verdade deve se sobressaltar e fazer valer para dar confiabilidade ao seu trabalho. Assumir limitações e lidar de frente com os possíveis vieses que o assombram é uma das maneiras mais limpas para combater as dificuldades no desenvolvimento da pesquisa. É desta forma que se pode contribuir com relevância para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, da sociedade.

No que se refere à pesquisa qualitativa, compreende-se que a TRS possibilita o acesso às informações que revelem particularidades da realidade social. Ao atentar para o específico, adota-se um caminho para a compreensão e não apenas para a explicação dos fenômenos. É aí que a TRS se mostra de suma importância, já que possibilita a interpretação

e compreensão de situações e ocorrências cotidianas nas mais variadas situações do universo socialmente compartilhado (ABRIC, 2000).

Ao intentar contribuir para a emergência dos fatos que perpassam as construções e representações sociais, a AC pode ser compreendida como um importante instrumento para a análise de dados em pesquisas qualitativas. Ao se perfazer de um conjunto de técnicas para a análise dos processos comunicativos, a AC (BARDIN, 1977) possibilita ao pesquisador o acesso a procedimentos que permitam sistematizar e translucidar os conteúdos das mensagens faladas ou escritas, produzindo indicadores que permitem ao pesquisador, realizar inferências quanto aos conteúdos e suas condições de produção.

Finalmente, entende-se que Teoria e Técnica possibilitam aos pesquisadores instrumentalizar procedimentos metodológicos que podem se justapor e compor uma rede que contribua, efetivamente para a pesquisa na área das ciências sociais, mais especificamente nas áreas de ciências sociais aplicadas, incluindo a Administração. Assim, tem-se que a TRS, em consonância com a AC, apresenta-se como um caminho interessante para as investigações e análises que se pretendem contributivas para a pesquisa em Administração, inclusive, no que concerne aos estudos organizacionais.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J.C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S.P.; OLIVEIRA, D.C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, p.27-38.
- ALEXANDRE, M. (2001). O papel da mídia na difusão das representações sociais. In: **Comum**. v. 6, n. 17. p.111-125. Rio de Janeiro, jul./dez.
- ALVES, M. T. V. D. (2011). Análise de Conteúdo: sua aplicação nas publicações de contabilidade. In: **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 7, n. 3, p. 146-166, Jul./Set.
- ALVES, R. R.; CASTRO, C. C.; SOUTO, C. L. (2014). Processo de institucionalização do curso de graduação em Administração pública a distância da universidade federal. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 18, n. 1, p. 20-36.
- BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- BORGES, J. F.; MEDEIROS, C. R. O; CASADO, T. (2011). Práticas de gestão e representações sociais do administrador: algum problema? **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. Ed. Especial, art. 5, p. 530-568.
- BRUNETTA, N.; LOCATELLI, P. A. P. C.; SAWITZKI, R. C.; ANTUNES, E. D. (2013). As representações sociais dos tutores sobre a atividade de tutoria em cursos de especialização em Administração na modalidade à distância. **Revista Organizações em Contexto**, v. 9, n. 17, p. 79-98.

- CAVEDON, N. R. (2005). **Representações Sociais na Área de Gestão em Saúde: Teoria e Prática**. Porto Alegre: Dacasa.
- CHIZZOTTI, A.(2006). **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CORREA, A.M.H.; GONTIJO, M. C. L.; ASSIS, L. B.; CARRIERI, A. P.; MELO; M. C. O. L. (2007). Soldadinhos de chumbo e bonecas: representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. In: **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v.11, n.2, p. 191-211.
- DINIZ, A. P. R.; CARRIERI, A. P.; BARROS, A. N. (2013) Invisibilidade social e trabalho noturno: reflexões a partir de representações sociais de garçons. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 14, n. 1, p. 18-38.
- FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R.; SILVA, A. R. L. (2013). A desvalorização de grupos sociais no espaço comum de pequenas organizações: um estudo sobre representações sociais em um centro comercial. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 64, p. 55-73.
- FLICK, U. (2009). **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. São Paulo: Artmed.
- FRANCO, M. L. P. B.(2005) **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro.
- GOMES, A.M.T.; OLIVEIRA, D.C.; MARQUES, S.C. (2004) A representação social do trabalho do enfermeiro na programação em saúde. In: **Psicologia: Teoria e Prática**. São Paulo, v.6, p.79-90.
- GUERRA, G. C. M.; ICHIKAWA, E. Y. (2013). As Representações Sociais da Agroecologia para a Agricultura Familiar: a Visão de Pesquisadores, Extensionistas e Produtores Rurais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 23, p. 40-73.
- JODELET, D. (2002). Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, p.17-44.
- JODELET, D. (2005). **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes.
- JOVCHELOVITCH, S. (2003). Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (Org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes.
- KUHN, T. S. (1970). **The Structure of Scientific Revolutions**. 2 ed., enlarged. Chicago and London: University of Chicago Press.
- LAKATOS, I. (1970). Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. **Criticism and the Growth of Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 91-195.
- MARTINS, J.; BICUDO, M.A.V. (1989). **Pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: EDUC.
- MATTOS, P. L. C. L. (2009). “Administração é ciência ou arte?” o que podemos aprender com este mal-entendido? In: **Revista de Administração de Empresa - RAE**. São Paulo, v. 49, n. 3, p. 349-360, Jul./Set.
- MOSCOVICI, S.(1978). **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOSCOVICI, S. (2004). **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 2ªed. Petrópolis: Vozes.

- MOZZATO; A. R.; GRZYBOVSKI, D. (2011). Análise de Conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios. In: **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, Jul./Ago.
- OLIVEIRA, D. (2008). Análise de Conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. In: **Revista de Enfermagem**. UERI, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez..
- SÁ, C.P. (1993). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, J.M. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, p.19-45.
- SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. (2005). O uso da Análise de Conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. In: **Organizações rurais agroindustriais**. Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81.
- SILVA, J. R.; BALASSIANO, M.; SILVA, A. R. L. (2014). Burocrata Proteano: articulações de carreira em torno e além do setor público. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 1, p. 1-19.
- SMITH, M. (2003). **Research Methods in Accounting**. New Delhi: Sage Publications.
- SPINK, M. J. (2003). Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (Org.). **Textos em representações sociais**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, p.117-145.
- VERGARA, S. C.(2003). **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- VILA, T. D.; DARCY, S.; ALÉN, E. (2014). Juegos Olímpicos y Paralímpicos en Brasil: aprendiendo de Barcelona y Sidney. **Revista de Administración de Empresas**, v. 54, n. 2, p. 222-230.